

AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE EXPANSÃO E INGRESSO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E OS REFLEXOS NA PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE

*Tereza Christina Mertens Aguiar Veloso**, *Maria das Graças Martins da Silva***

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo avaliar indicadores do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e do Sistema de Seleção Unificada (SISU), relacionando-os à permanência de estudantes em universidades federais. Utilizam-se dados quantitativos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação (MEC), e legislação relacionada aos programas. Conclusivamente, os indicadores apontam que os referidos programas aumentam as possibilidades de acesso às universidades, refletindo em vagas e no ingresso; no entanto, não repercutem na permanência do estudante nem na conclusão do curso no tempo adequado. Diante disso, faz-se necessário agregar aos dados apresentados pesquisas qualitativas para melhor entender o fenômeno da permanência.

Palavras-chave: REUNI. SISU. Educação superior.

EVALUATION OF EXPANSION PROGRAMS AND ENTRANCE IN FEDERAL UNIVERSITIES AND REFLEXES ON THE STUDENT'S PERMANENCE

ABSTRACT

The purpose of the current paper is to evaluate indicators of the Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) as well as of the Sistema de Seleção Unificada (SISU), establishing a relationship between them and the students' permanence at federal universities. Quantitative data from

* Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora Associada do Departamento de Alimento e Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: tecmav@terra.com.br

** Pós-doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: gracams2@hotmail.com

INEP/MEC and legislation regarding those programs were consulted. In conclusion, the indicators point out that those programs really increase the possibilities of entrance to university, resulting in admission, nevertheless, they do not resonate at the students' permanence or graduation at the right time. Therefore, we make suggestions for further qualitative research to better understand the phenomenon of students' permanence.

Keywords: REUNI. SISU. Higher education.

EVALUACIÓN DE PROGRAMAS DE EXPANSIÓN E INGRESO EN UNIVERSIDADES FEDERALES Y LAS REFLEXIONES EN LA PERMANENCIA DEL ESTUDIANTE

RESUMEN

El texto tiene como objetivo evaluar los indicadores del Programa de Apoyo a la Reestructuración y Expansión de las Universidades Federales (REUNI) y el Sistema de Selección Unificada (SISU), relacionándolos con la residencia de estudiantes en las universidades federales. Utilizan datos cuantitativos del Instituto Nacional de Ciencias de la Educación Teixeira (INEP) del Ministerio de Educación (MEC), y la legislación relacionada con los programas. En conclusión, los indicadores apuntan a que estos programas aumentan las posibilidades de acceso a las universidades, lo que resulta en la admisión y plazas vacantes, sin embargo, no tienen repercusiones en la permanencia de estudiantes o de la realización del curso en el momento adecuado. Por lo tanto, es necesario agregar a los datos presentados una investigación cualitativa para comprender mejor el fenómeno de la permanencia.

Palabras clave: REUNI. SISU. Educación universitaria.

1 INTRODUÇÃO

O texto tem por objetivo avaliar os reflexos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e do Sistema de Seleção Unificada (SISU) – que tratam, respectivamente, da expansão e da forma de ingresso em universidades federais – na permanência do estudante nessas instituições de educação³.

As questões que norteiam o estudo são as seguintes:

- a) o REUNI, ao expandir vagas, oferece maior possibilidade de ingresso nas universidades federais?;

³ O estudo integra as pesquisas intituladas “Acesso e permanência no processo de expansão da educação superior no Brasil pós-LDB”, financiada pelo CNPq; “Políticas da expansão da educação superior no Brasil”, financiada pelo OBEDUC/Capes; “Políticas de expansão da educação superior no Brasil pós-LDB”, que envolve pesquisadores de quatro regiões do país, vinculados à Rede Universitas BR; e “Políticas de Educação Superior no Brasil pós-LDB/1996: impactos na região Centro-Oeste, com enfoque no ingresso e permanência”, financiada pela FAPEMAT.

- b) o SISU, ao redefinir a forma de ingresso (antes pautada no vestibular), expande a possibilidade de concorrer às vagas nas universidades federais?;
- c) o REUNI e o SISU sinalizam a permanência do estudante nas universidades federais?

Cabe ressaltar que a perspectiva de avaliação dos programas citados segue o que propõe Arretche (1998, p. 31), ou seja, examinar a “[...] implementação de um determinado programa e seus impactos e/ou resultados”. Na presente pesquisa, os resultados visam aos indicadores que decorrem da implementação dos programas em foco, tendo em vista o objetivo traçado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Silva e Veloso (2010) analisam, com base em pesquisas realizadas, que o acesso à educação superior costuma ser associado, restritivamente, ao ingresso nesse nível de ensino. Sustentam que, nesse caso, limita-se o entendimento do acesso, por desprezar dimensões que se articulam e, provavelmente, influenciam-se mutuamente, como a permanência, a conclusão dos estudos e a qualidade na formação. No seu ponto de vista, todas fazem parte do quadro abrangente e complexo do acesso.

Tecendo esses fios de análise, no presente texto, priorizam-se os estudos sobre a permanência do estudante na educação superior, associando os dados que lhe são próprios aos da expansão e aos da forma de ingresso nesse nível de ensino.

Acerca dos estudos sobre a permanência e a expansão, Araújo (2012, p. 4) explica que

A ênfase na categoria permanência na educação superior ocorre no Brasil após a expansão significativa de cursos e instituições nos anos 1990 na esfera privada e mediante a instauração de políticas públicas voltadas à expansão da educação superior nas instituições públicas, a partir dos anos 2000.

Araújo (2012) ainda explana que o tratamento conceitual da permanência não é localizado nos documentos oficiais e na literatura consultada; no entanto, percebe que é identificado com a manutenção do estudante ao longo do curso, até integralizá-lo. Destaca que a permanência pode ser traduzida por situações concretas diversas: a) não necessariamente no curso de ingresso, e sim no ensino superior; b) no ensino superior, mas em outra instituição de ensino superior (IES); c) no curso superior, além do período previsto de integralização, seja como reflexo de reprovações, seja como consequência da flexibilização de currículos.

Néres *et al.* (2010, p. 124), por sua vez, pesquisando a permanência dos estudantes em uma universidade federal, entendem que os fatores que contribuem para o abandono dos alunos de origem popular se ligam às condições econômicas e às dificuldades para acompanhar os conteúdos de ensino em razão de deficiências na formação escolar antecedente.

Nesse sentido, Silva *et al.* (2010, p. 136) acreditam que “[...] a permanência dos estudantes da universidade pública deve ser entendida como uma ação para além das de assistência, baseada, exclusivamente, em suas condições socioeconômicas”. Essa continuidade estaria, sim, ligada às condições estruturais da univer-

sidade, ou seja, relacionada a aspectos culturais, políticos, esportivos, bem como a acompanhamento docente, salas, laboratórios, bibliotecas, etc. Os autores também consideram a assistência estudantil, que envolve um conjunto de programas articulados.

Dessa forma, nesse breve inventário de pesquisas e análises sobre o tema, pode-se inferir que a permanência do estudante associa-se às condições de realização do curso, seja no plano institucional, seja no âmbito individual/social do estudante, bem como ao percurso acadêmico, em sua temporalidade (início, continuidade, término).

No presente estudo, devido às delimitações necessárias, focalizam-se as questões de entrada do estudante (vagas, inscritos, ingressos), continuidade (matrícula, trancamento) e término dos estudos (conclusão), embora sem deixar de reconhecer a abrangência e a complexidade de fatores que intervêm na realidade em tela.

Entende-se que as situações acadêmicas vinculadas à entrada, à continuidade e ao término dos estudos recebem impulso de programas federais; nesse caso, o REUNI e o SISU. Assim, certos indicadores a eles vinculados podem elucidar questões relacionadas à permanência.

Para realizar o estudo, metodologicamente, utilizam-se fontes documentais a partir do Censo da Educação Superior (INEP/MEC), tendo sido os dados coletados no período de uma década (2002/2013). O período permite um olhar comparativo dos anos que antecedem e sucedem a criação dos programas enfocados, visto que o primeiro foi estabelecido em 2007 e o segundo, em 2010, com efeitos graduais nos anos seguintes à sua criação.

Vale ressaltar que o REUNI teve a adesão completa das universidades federais no ano da sua criação (2007). Por sua vez, o SISU foi instituído em 2010, primeiro ano em que algumas universidades federais disponibilizaram suas vagas pelo sistema, seja de forma integral, seja de modo parcial. A adesão ao SISU tem sido gradual. Em 2013, havia 35 universidades federais participando (VELOSO; NOGUEIRA; LUZ, 2014).

Por fim, em termos de procedimentos metodológicos, a pesquisa utiliza os principais documentos legais definidores dos programas enfocados.

3 RESULTADOS DA PESQUISA SEGUNDO OS NÚMEROS DA EXPANSÃO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

O REUNI foi criado pelo Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007. No referido plano, dentre as metas para a educação superior, destaca-se a de dobrar o número de alunos das universidades públicas federais. No artigo 1.º, estabelece-se que o decreto “Cria condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007, p. 1). Determinam-se as metas (artigo 1.º): “A elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presencial para 90% e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para 18, ao final de 5 anos, a contar do início de cada plano” (BRASIL, 2007, p. 1).

Para avaliar os reflexos desse programa, utilizam-se os indicadores de número de universidades federais no período de 2002 a 2013, dimensionando o seu crescimento de acordo com a localização nas unidades da federação.

Conforme se observa, em 2002, o país possuía 43 universidades federais, já em 2013, esse número correspondia a 62. Analisando a criação de novas instituições, constatamos, na Tabela 1, que, no período de 2002 a 2006, foram criadas 11 novas instituições, enquanto entre 2007 e 2013, foram criadas 7. Uma característica importante da expansão estabelecida pelo REUNI foi a de focalizar as instituições de educação superior (IES) no interior do país, uma vez que, em 2006, estas representavam 43% do total e, em 2013, passam a 50%, equivalendo ao número de IES nas capitais. Outra característica foi a expansão por unidade da federação, porquanto foram criadas universidades federais nas regiões Norte, Nordeste e Sul; nas demais regiões, principalmente no Sudeste, que concentra o maior número de instituições, não foram criadas IES. Há de se considerar que muitas dessas IES foram criadas a partir da transformação de *campi* de instituições já implantadas na capital.

Tabela 1 – Número de universidades federais segundo unidade da federação e localização – Brasil (2002-2013)

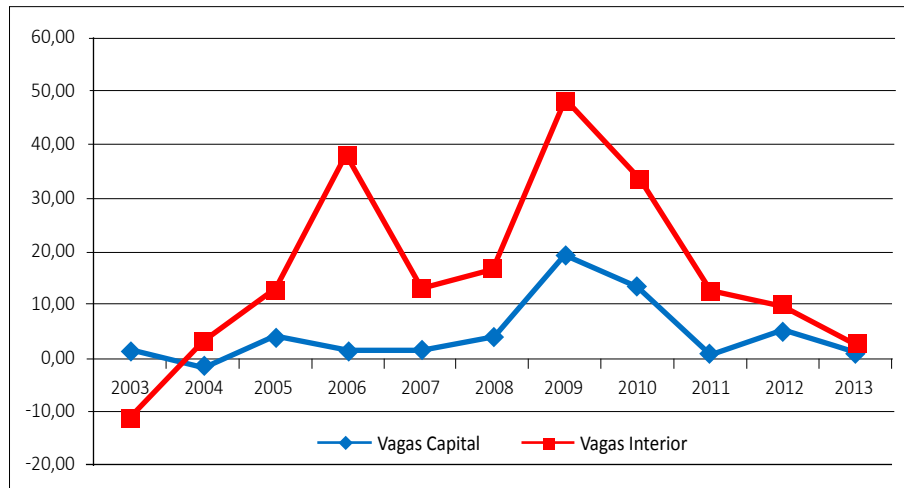
Ano	Total		Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	Capital	Interior	Capital	Interior	Capital	Interior	Capital	Interior	Capital	Interior	Capital	Interior
2002	28	15	7		9	2	5	10	3	3	4	
2003	29	15	8		9	2	5	10	3	3	4	
2004	29	17	8		9	3	5	11	3	3	4	
2005	30	22	8		9	5	5	13	4	3	4	1
2006	30	23	8		9	5	5	14	4	3	4	1
2007	31	24	8		9	5	5	14	5	4	4	
2008	31	24	8		9	5	5	14	5	4	4	1
2009	31	24	8		9	5	5	14	5	4	4	1
2010	31	27	8	1	9	5	5	14	5	6	4	1
2011	31	28	8	1	9	6	5	14	5	6	4	1
2012	31	28	8	1	9	6	5	14	5	6	4	1
2013	31	31	8	1		6	5	14	5	6	4	1

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2015).

Mais do que a expansão de IES, é importante analisar o crescimento da oferta de vagas. Em 2007, o país ofertava 2.823.942 vagas para cursos de graduação presenciais. Dessas, 11,66% eram públicas, e 88,34% eram privadas. Entre as vagas ofertadas pelas universidades públicas, 52,51% o eram por instituições federais. Em 2013, eram ofertadas 3.429.715 vagas, sendo 15,33% públicas e 84,67% privadas; entre as universidades públicas, as federais tiveram uma participação de 55,41%. Constatou-se que, no período de 2007 a 2013, no total, foram criadas 196.673 novas vagas no setor público, sendo 53,94% nas universidades federais, que registraram uma ampliação de vagas de 75,82%.

O Gráfico 1 apresenta as taxas de crescimento de vagas ofertadas pelas universidades federais na capital e no interior do Brasil no período de 2002 a 2013. Nele, observa-se que o crescimento foi maior no interior, o que se refletiu na distribuição percentual. Veja-se que, em 2013, 51,21% das vagas eram ofertadas no interior; na capital, eram 48,79%. Percebe-se também que, em 2008 e 2009, registra-se a maior taxa de crescimento tanto na capital como no interior, o que é reflexo da implantação do REUNI.

Gráfico 1 – Taxas de crescimento da oferta de vagas nas universidades federais segundo localização capital e interior – Brasil (2002 a 2013)



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2015).

Apesar de a criação de novas universidades federais ocorrer nas regiões Norte, Nordeste e Sul, o crescimento de vagas, a partir de 2007, ocorre em todas as regiões, principalmente no Sudeste, que registrou uma taxa de crescimento de 83,23%, seguido da região Norte, com 78,94%; do Sul, com 78,71%; do Centro-Oeste, com 73,88%; e do Nordeste, com 67,37%.

Outro indicador refere-se ao número de matrículas por turno, considerando que o REUNI previa a ampliação de vagas no noturno. As matrículas nas universidades federais historicamente se concentram no período diurno, associando-se, entre outros, ao fato de tais instituições possuírem maior oferta de cursos de graduação em período integral. Em 2006, do total de 578.536 matrículas nessas organizações acadêmicas, 75,80% eram em período diurno e 24,20%, no noturno. Entre 2007 e 2013, a taxa de crescimento das matrículas diurnas foi de 52,53%, ao passo que a noturna foi de 89,05%. Os percentuais, em 2013, por sua vez, correspondiam a 71,61% e 28,39%, respectivamente.

4 RESULTADOS DA PESQUISA SEGUNDO DADOS DO SISU

O SISU, segundo a Portaria Normativa n.º 2, de 26 de janeiro de 2010, configura um sistema único, informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para ingresso a candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), utilizando para sua classificação a nota obtida nesse exame.

É importante pontuar que o SISU possibilita aos candidatos tentar (ou testar) inúmeras vezes a escolha do curso, de modo que obtenham êxito no ingresso os que alcançarem a pontuação necessária diante da relação candidato/vaga.

Pode-se supor que as novas regras tenham trazido facilidades ao ingresso nas universidades federais, a exemplo dos seguintes aspectos: a) gratuidade ao estudante da escola pública para prestar a prova; b) facilitação do acesso aos locais de prova, devido à sua interiorização ou descentralização em relação às

universidades; c) atratividade, haja vista a proposta de uma prova menos pausada na memorização; d) possibilidade de concorrer a vagas em diferentes universidades e cursos.

A Tabela 2, a seguir, indica número de vagas, inscritos e ingressos nas universidades federais no período estudado.

Tabela 2 – Número de vagas, candidatos inscritos e ingressos nas universidades federais por vestibular e outros processos seletivos Brasil (2003 a 2013)

Ano	Vagas	Inscritos	Candidato/vaga	Ingressos	Taxa de ocupação
2003	109.184	1.151.332	10,54	108.466	99,34
2004	109.802	1.171.720	10,67	108.953	99,23
2005	116.348	1.179.439	10,14	114.833	98,70
2006	132.203	1.188.194	8,99	130.285	98,55
2007	139.875	1.188.613	8,50	136.834	97,83
2008	150.869	1.234.479	8,18	145.062	96,15
2009	186.984	1.177.317	6,30	184.708	98,78
2010	218.152	1.936.658	8,88	222.126	101,82
2011	231.530	2.977.983	12,86	224.950	97,16
2012	239.942	3.804.214	15,85	238.594	99,44
2013	245.933	4.235.198	17,22	233.693	95,02

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2015).

Os dados apresentados na Tabela 2 evidenciam que, a partir da implantação do SISU, mesmo considerando que 56,45% das universidades federais dele participavam em 2013, há um aumento no número de candidatos inscritos e, consequentemente, na relação candidato por vaga, que chega a 17,22.

O SISU, pela metodologia adotada, permite que um número maior de cidadãos se inscreva e concorra às vagas nas universidades federais; consequentemente, amplia-se a concorrência e o número de não ingressantes. Possivelmente, esses dados destacam a quantidade de pessoas que querem cursar o ensino superior, mas não têm garantido esse acesso (VELOSO; NOGUEIRA; LUZ, 2014).

Mesmo com a expansão do número de instituições federais e sua interiorização, além da ampliação de vagas e o aumento da relação candidato/vaga, cresce o número de vagas não preenchidas nesse setor, conforme podemos observar nos dados da Tabela 2. No período de 2007 a 2012, a taxa de crescimento do número de vagas não preenchidas corresponde a 302,50%, ou seja, a taxa de ocupação de vagas que, em 2007, era de 97,83%, em 2013, representa 95,02%, o que significa que 12.240 vagas ofertadas não foram preenchidas.

5 RESULTADOS DA PESQUISA SEGUNDO INDICADORES DA PERMANÊNCIA

Em relação ao entendimento de permanência, estudos mostram que o ingresso na educação superior limita as perspectivas de conclusão dos estudos sem que haja, institucionalmente, acompanhamento, conhecimento e atendimento ao estudante (PRIMÃO; SILVA, 2015). Trata-se de uma variável fundamental, que escapa a esta pesquisa, tendo em vista os seus delineamentos; porém, não se pode

deixar de tê-la em vista, até porque indica a necessidade de relativização dos dados quantitativos e a necessidade de aprofundá-los.

Há, portanto, um elevado grau de complexidade, como atestado por pesquisas relacionadas ao tema. Por exemplo, estudos mostram que o SISU, considerando o seu mecanismo de seleção, “[...] pode contribuir para uma escolha de curso que, em certos casos, não expresse o desejo de realizá-lo” (FLORES; SILVA, 2014, p. 88). Desse modo, haveria uma “[...] tendência predominante de que o candidato leve em conta as reais possibilidades de ser aprovado em face da pontuação que obteve” (FLORES; SILVA, 2014, p. 88). Isso pode repercutir na desistência do curso, vindo a impactar nos índices da permanência.

Há de se considerar, por seu turno, outras reflexões, aqui não aprofundadas, mas que merecem citação por enfatizar a complexidade do tema. Os estudos vêm no lastro da medida de ingresso em instituições de ensino superior federais via ação afirmativa (Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012). Exemplo disso é a pesquisa realizada por Agostinho (2015), que evidencia as dificuldades encontradas por esses acadêmicos para sua permanência no ensino superior. Para a autora, as políticas de ação afirmativa, com destaque para as cotas, facilitaram o ingresso, mas não foram suficientes para prover a permanência desses alunos nas IES e, conseqüentemente, a conclusão do ensino superior.

Vejam-se, na Tabela 3, os dados sobre matrícula, que, de certo modo, refletem a situação de permanência nos cursos de graduação das IES estudadas.

Tabela 3 – Número de matrículas (matriculados, matrícula trancada, matrícula desvinculada do curso, transferência para outro curso, falecido) nos cursos de graduação presenciais e a distância nas universidades federais – Brasil (2009 a 2013)

Ano	Total	Matriculados		Matrícula trancada		Matrícula desvinculada do curso		Transferência		Falecidos
		n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º
2009	1.249.692	1.032.936	82,66	65.270	5,22	137.176	10,98	14.190	1,14	120
2012	1.352.517	1.087.413	80,40	85.811	6,34	160.496	11,87	18.653	1,38	144
2013	1.422.393	1.137.851	80,00	99.067	6,96	171.164	12,03	14.072	0,99	239

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2015).

A matrícula é o ato que legitima o estudante na instituição. Nesse ato, celebra-se um vínculo por meio do qual se institui a condição de estudante regular, associado a um determinado curso de graduação, integrado ao quadro discente e ocupando uma vaga. A matrícula trancada, por sua vez, é um instituto jurídico normatizado pelas IES; representa uma suspensão temporária, embora o estudante continue vinculado à IES. O abandono de curso é representado na Tabela 3 como matrícula desvinculada de curso e transferência para outro curso; no primeiro caso, o estudante perde o vínculo com a IES, o que não ocorre no segundo.

Para fins de avaliação da permanência, há de se destacar os percentuais de trancamento e de matrícula desvinculada de curso, na medida em que o estudante indica, com esse ato, que necessita interromper seus estudos, temporária ou definitivamente, por fatores ainda pouco conhecidos nas IES, mas que, conforme a Tabela 3, intensificam-se, a cada ano, afetando sua permanência e seu tempo de conclusão do curso.

Os dados relativos à transferência de cursos dentro da IES podem ser reflexo do modelo de sistema de seleção, em que o estudante escolhe seu curso, muitas vezes, induzido por sua pontuação e pela possibilidade de classificação em cursos de graduação que não necessariamente são de sua primeira opção.

A Tabela 4, a seguir, mostra a taxa de conclusão dos cursos de graduação. A taxa de conclusão é calculada a partir da relação entre o ingresso e a conclusão, transcorridos quatro anos do percurso acadêmico.

Tabela 4 – Taxa de conclusão dos cursos de graduação presenciais nas universidades federais – Brasil (2003/2006 a 2009/2013)

Ingresso/Conclusão	Taxa de conclusão
2003/2006	73,84
2004/2007	77,72
2005/2008	69,46
2006/2009	66,28
2007/2010	64,39
2008/2011	63,72
2009/2012	48,57
2010/2013	44,72

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2015).

A manifestação do estudante em abandono (temporário ou definitivo) de curso interfere nas taxas de conclusão das universidades. Conforme a Tabela 4, os dados apontam para a necessidade de avaliação das políticas de educação superior, porquanto a ampliação de vagas e a implementação de modalidades de ingresso - SISU e cotas - podem não representar ampliação do seu acesso, considerando que o número de concluintes vem diminuindo a cada ano. Para além de associar esse indicador a questões particulares do estudante, restritivamente, é preciso considerar o processo de formação na educação superior, que envolve ações institucionais e políticas públicas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto se propôs a avaliar indicadores do REUNI e do SISU, relacionando-os a dados sobre a permanência de estudantes na graduação. Com base nos resultados, as questões de pesquisa se direcionam às seguintes conclusões:

- a) o REUNI, ao expandir vagas, oferece maior possibilidade de ingresso às Universidades Federais? Viu-se que, a partir da criação do programa, houve aumento do número de universidades federais e de *campi*, com ênfase na interiorização. Também foi identificado que as vagas cresceram, tanto na capital como no interior, e em todas as regiões. Identificou-se que as matrículas aumentaram no período noturno. Esse quadro, portanto, remete à maior possibilidade de ingresso nas federais, o que é atestado pelos números dos ingressantes;
- b) o SISU, ao redefinir a forma de ingresso (antes pautada no vestibular), expande a possibilidade de concorrer à vaga no ensino superior? Como repercussão do SISU, pôde-se observar que aumentou significativamente o

- número de inscritos e, por efeito, a relação candidato/vaga. De igual forma, o número de ingressantes subiu (mais que dobrou ao longo do período examinado). Porém, ao crescer a relação candidato/vaga, notou-se uma restrição de possibilidades, dada a exclusão de uma grande parcela de interessados em cursar a educação superior nas universidades federais;
- c) o REUNI e o SISU sinalizam a permanência do estudante nas universidades federais? Alguns traços se destacaram quanto ao exame da permanência, considerando os citados programas. Viu-se que a taxa de ocupação oscilou no período e caiu no ano de 2013; percebeu-se que a taxa de conclusão apresentou decréscimo reiteradamente no período posterior à criação do REUNI e do SISU; notou-se, por fim, que aumentou o número de trancamentos e de matrículas desvinculadas do curso.

Em suma, o quadro mostra que o REUNI e o SISU promovem a expansão das possibilidades de acessar as universidades federais; no entanto, não repercutem na permanência do estudante na IES nem na conclusão do curso no tempo adequado. Diante disso, aos dados apresentados precisam ser agregadas pesquisas qualitativas para melhor entender tais fenômenos. De igual forma, são importantes os estudos que associem os dados referentes às universidades federais a outros programas que expandem o sistema de educação superior (a exemplo dos que contemplam as IES privadas), já que podem também interferir na permanência do estudante, tendo em vista as possibilidades ampliadas de mobilidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Kamilla Maestá. *O estudante beneficiado por programas de ação afirmativa do curso de enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso campus universitário de Sinop: Quem sou eu? Quem é ele?* 2015.130f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.
- ARAÚJO, Carla B. Zandavalli M. A permanência de estudantes nos cursos de graduação no Brasil: uma categoria em construção. *In: SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS/BR 2012: expansão, acesso e igualdade social*, 20., 2012, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012. 1 CD-ROM.
- ARRECHE, Marta T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. *In: RICO, Elizabeth Melo. Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 29-40.
- BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2007.
- FLORES, César Augusto; SILVA, Maria das Graças M. A escolha do curso superior no SISU - o caso do curso de enfermagem da UFMT - campus Sinop. *In: SILVA, Maria das Graças M.; RIBEIRO, Mara Regina Rosa (Org.). Educação e saúde em pesquisas: possibilidades na diversidade*. Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopses estatísticas da educação superior, censo da educação superior*. Brasília, DF. 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 13 jun.2015.

NÉRES, Alexandre Aparecido da Silva *et al.* Condições de permanência na Universidade Federal de Rondônia. In: BARBOSA, Jorge Luiz; SILVA, Jailson de Souza e; SOUSA, Ana Inês (Org.). *Condições de permanência de estudantes de origem popular no espaço acadêmico*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. p. 121-130.

PRIMÃO, Juliana C. M.; SILVA, Maria das Graças M. Política de permanência na UFMT: da assistência ao estudante às ações de qualificação do ensino em geral. In: CASTRO, Alda Maria D. de Araújo; BARBALHO, Maria Goretti. *Políticas de expansão da educação superior: dimensões, cenários e perspectivas*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015. p. 257-280.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da *et al.* Os desafios da permanência qualificada na universidade. In: BARBOSA, Jorge Luiz; SILVA, Jailson de Souza e; SOUSA, Ana Inês (Org.). *Condições de permanência de estudantes de origem popular no espaço acadêmico*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. p. 131-138.

SILVA, Maria das Graças Martins da; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Acesso na educação superior: significados e tendências em curso. *Série Estudos*, Campo Grande, n. 30, p. 10-25, jul./dez. 2010.

VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar; NOGUEIRA, Patrícia Simone; LUZ, Jackeline Nascimento Noronha da. Políticas públicas de acesso na educação superior: uma análise a partir dos indicadores da realidade. In: SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS BR, 1., 2014, Natal. *Anais...* Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014. 1 CD-ROM.